

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

CAPÍTULO I – DIREITO CONSTITUCIONAL.....	1
1.1. Constitucionalismo .....	1
1.2. Origem .....	2
1.3. Conceito .....	3
1.4. Objeto do direito constitucional.....	4
1.5. Fontes do direito constitucional .....	4
1.6. Neoconstitucionalismo.....	5
1.7. Transconstitucionalismo .....	9
1.8. Exercício de fixação.....	10
CAPÍTULO II – CONSTITUIÇÃO.....	13
2.1. Origem .....	13
2.2. Síntese histórica das Constituições brasileiras.....	14
2.2.1. Constituição de 1824 .....	14
2.2.2. Constituição de 1891 .....	17
2.2.3. Constituição de 1934 .....	18
2.2.4. Constituição de 1937 .....	19
2.2.5. Constituição de 1946 .....	20
2.2.6. Constituição de 1967/1969.....	22
2.2.7. Constituição de 1988 .....	23
2.2.8. Constituições provisórias.....	24
2.2.9. Momentos históricos que precederam a elaboração das Constituições .....	24
2.3. Conceito de Constituição .....	25
2.4. Natureza jurídica .....	26
2.5. Concepções das Constituições .....	26
2.5.1. Concepção sociológica de Constituição .....	26
2.5.2. Concepção política de Constituição .....	27
2.5.3. Concepção jurídica de Constituição .....	27
2.5.4. Concepção estrutural de Constituição .....	27
2.5.5. Diversas outras concepções de Constituição .....	28
2.6. Classificação das Constituições .....	29
2.6.1. Quanto ao conteúdo.....	29
2.6.2. Quanto à forma.....	29

2.6.3. Quanto ao modo de elaboração .....	29
2.6.4. Quanto ao objeto ou ideologia.....	30
2.6.5. Quanto à estabilidade .....	30
2.6.6. Quanto à origem .....	31
2.6.7. Quanto ao sistema.....	31
2.6.8. Quanto ao modelo ou finalidade.....	32
2.6.9. Quanto ao tamanho ou extensão.....	32
2.6.10. Quanto à dogmática.....	33
2.6.11. Quanto à correspondência com a realidade política .....	33
2.6.12. Outras classificações de Constituição .....	33
2.6.13. Classificação da Constituição brasileira .....	34
2.7. Estrutura da Constituição.....	34
2.7.1. Preâmbulo.....	34
2.7.2. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.....	35
2.8. Exercícios de fixação .....	36
<b>CAPÍTULO III – PODER CONSTITUINTE.....</b>	<b>39</b>
3.1. Conceito .....	39
3.2. Origem .....	40
3.3. Titularidade e exercício.....	42
3.4. Natureza jurídica.....	44
3.5. Espécies de poder constituinte.....	45
3.5.1. Poder constituinte supranacional.....	45
3.5.2. Poder constituinte originário .....	46
3.5.2.1. Conceito .....	46
3.5.2.2. Formas de expressão.....	47
3.5.2.3. Características do poder constituinte originário .....	49
3.5.2.3.1. Inicialidade .....	49
3.5.2.3.2. Ilimitabilidade ou ilimitação.....	54
3.5.2.3.3. Incondicionamento .....	57
3.5.3. Poder constituinte derivado .....	57
3.5.3.1. Poder constituinte derivado de reforma (reformador) .....	58
3.5.3.1.1. Conceito .....	58
3.5.3.1.2. Forma de expressão .....	58
3.5.3.1.3. Características do poder constituinte derivado de reforma ...	58
3.5.3.1.3.1. Derivação .....	59
3.5.3.1.3.2. Limitação .....	59
3.5.3.1.3.3. Condicionamento .....	66
3.5.3.2. Poder constituinte derivado difuso .....	67
3.5.3.3. Poder constituinte derivado decorrente institucionalizador.....	71
3.5.3.3.1. Derivação.....	72
3.5.3.3.2. Limitação .....	72
3.5.3.3.3. Condicionamento.....	75
3.5.3.4. Poder constituinte derivado decorrente de reforma estadual....	75
3.5.3.4.1. Derivação.....	75
3.5.3.4.2. Limitação .....	76

3.5.3.4.3. Condicionamento .....	77
3.6. Exercícios de fixação .....	77
<b>CAPÍTULO IV – NORMA CONSTITUCIONAL .....</b>	<b>81</b>
4.1. Conceito .....	81
4.2. Classificação .....	82
4.2.1. Quanto ao conteúdo .....	82
4.2.2. Quanto à vinculação do legislador .....	83
4.2.3. Quanto à eficácia e aplicabilidade .....	83
4.2.3.1. Classificação bipartida das normas constitucionais .....	84
4.2.3.2. Classificação tripartida das normas constitucionais .....	85
4.2.3.3. Classificação quadripartida das normas constitucionais .....	87
4.2.3.4. Norma constitucional de eficácia esvaída ou de aplicabilidade esgotada .....	88
4.2.3.5. Desenvolvimento e efetivação das normas constitucionais .....	88
4.2.4. Quanto à finalidade .....	89
4.2.5. Quanto à estrutura (finalidade do comando normativo) .....	90
4.2.5.1. Princípios constitucionais .....	91
4.2.5.1.1. Princípios constitucionais fundamentais .....	91
4.2.5.1.2. Princípios constitucionais gerais .....	92
4.2.5.1.3. Princípios constitucionais setoriais .....	94
4.2.5.2. Superabilidade, derrotabilidade ou <i>Defeasibility</i> .....	95
4.3. Exercício de fixação .....	96
<b>CAPÍTULO V – HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL .....</b>	<b>99</b>
5.1. Conceito .....	99
5.2. Princípios de interpretação constitucional .....	99
5.2.1. Princípio da unidade .....	99
5.2.2. Princípio do efeito integrador (eficácia integradora) .....	100
5.2.3. Princípio da harmonização (ou concordância prática) .....	100
5.2.4. Princípio da força normativa .....	100
5.2.5. Princípio da máxima efetividade (eficiência ou interpretação efetiva) .....	100
5.2.6. Princípio da correção funcional (conformidade funcional ou justeza) .....	100
5.2.7. Princípio da razoabilidade (proporcionalidade) .....	101
5.2.8. Princípio da interpretação conforme a Constituição .....	102
5.3. Teoria dos poderes implícitos ( <i>Implied Powers</i> ) .....	102
5.4. Métodos de interpretação constitucional .....	103
5.4.1. Método jurídico (hermenêutico clássico) .....	103
5.4.2. Método tópico-problemático .....	104
5.4.3. Método hermenêutico-concretizador .....	104
5.4.4. Método normativo-estruturante .....	105
5.4.5. Método científico-espiritual .....	105
5.4.6. Método de comparação constitucional (interpretação comparativa) .....	105

5.5. Exercícios de fixação .....	106
<b>CAPÍTULO VI – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....</b>	<b>109</b>
6.1. Conceito .....	109
6.2. Origem .....	110
6.3. Pressupostos .....	114
6.4. Bloco de constitucionalidade .....	116
6.5. Tipos de inconstitucionalidade.....	119
6.5.1. Inconstitucionalidade formal, nomodinâmica ou extrínseca .....	119
6.5.2. Inconstitucionalidade material, nomoestática, de conteúdo, doutrinária, substancial ou intrínseca .....	120
6.5.3. Inconstitucionalidade por vício de decoro parlamentar ou finalística.....	121
6.5.4. Inconstitucionalidade por ação .....	122
6.5.5. Inconstitucionalidade por omissão .....	122
6.5.6. Inconstitucionalidade total.....	122
6.5.7. Inconstitucionalidade parcial.....	122
6.5.8. Inconstitucionalidade consequente, consequential, por arrasamento, secundária, por reverberação normativa ou por atração.....	124
6.5.9. Inconstitucionalidade reflexa, por via oblíqua ou por ato interposto .....	125
6.5.10. Inconstitucionalidade originária .....	126
6.5.11. Inconstitucionalidade superveniente.....	126
6.5.12. Inconstitucionalidade implícita .....	129
6.5.13. Inconstitucionalidade Progressiva ou lei “ainda” constitucional ou declaração de constitucionalidade de norma em trânsito para inconstitucionalidade .....	130
6.5.14. Inconstitucionalidade causal.....	132
6.5.15. Inconstitucionalidade circunstancial.....	132
6.5.16. Inconstitucionalidade chapada, desvairada ou enlouquecida ....	132
6.6. Decisões proferidas em controle de constitucionalidade .....	132
6.6.1. Natureza.....	132
6.6.2. Técnicas de decisão em sede de controle de constitucionalidade .....	134
6.7. Classificação do controle de constitucionalidade .....	137
6.7.1. Forma.....	137
6.7.1.1. Quanto ao objetivo.....	137
6.7.1.2. Fusão das formas de controle de constitucionalidade.....	138
6.7.1.2.1. Concretização do controle abstrato de constitucionalidade....	138
6.7.1.2.2. Abstrativização do controle concreto de constitucionalidade .....	138
6.7.2. Espécies .....	139
6.7.2.1. Quanto à natureza do órgão de controle .....	139
6.7.2.2. Quanto ao momento de controle.....	140
6.7.3. Modalidades .....	146
6.7.3.1. Quanto ao número de órgãos .....	146
6.7.3.2. Quanto ao modo de exercício .....	148

6.8. Ações de controle concreto .....	149
6.8.1. Arguição de inconstitucionalidade .....	149
6.8.1.1. Conceito .....	149
6.8.1.2. Parâmetro e objeto de controle difuso .....	149
6.8.1.3. Cabimento .....	151
6.8.1.4. Iniciativa .....	152
6.8.1.5. Controle incidental de inconstitucionalidade nos tribunais .....	153
6.8.1.5.1. Participação no incidente de inconstitucionalidade .....	155
6.8.1.5.2. Controle de constitucionalidade por elevação de causa .....	155
6.8.1.6. Efeitos da declaração incidental de inconstitucionalidade .....	156
6.8.1.6.1. Teoria da transcendência dos motivos determinantes ou transcendência da <i>ratio decidendi</i> ou transcendência da <i>holding</i> .....	158
6.8.2. Ação Direta Interventiva (ADI) .....	162
6.9. Ações de controle abstrato .....	162
6.9.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) .....	163
6.9.1.1. Base legal .....	163
6.9.1.2. Conceito .....	163
6.9.1.3. Cabimento .....	163
6.9.1.4. Pressupostos para o cabimento de ADI .....	167
6.9.1.5. Legitimidade .....	168
6.9.1.5.1. Pertinência temática .....	170
6.9.1.5.2. Capacidade postulatória .....	171
6.9.1.6. Intervenção de terceiros e <i>amicus curiae</i> .....	171
6.9.1.7. Procedimento .....	174
6.9.1.7.1. Inicial .....	174
6.9.1.7.1.1. Causa de pedir e pedido .....	174
6.9.1.7.2. Liminar .....	175
6.9.1.7.3. Procedimento sumário .....	177
6.9.1.7.4. Informações aos órgãos ou às autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado .....	177
6.9.1.7.5. Advogado-Geral da União (AGU) .....	177
6.9.1.7.6. Procurador-Geral da República (PGR) .....	179
6.9.1.7.7. Dilação probatória e audiência pública .....	179
6.9.1.7.8. Decisão .....	181
6.9.1.7.9. Coisa julgada inconstitucional .....	183
6.9.2. Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) .....	185
6.9.2.1. Introdução .....	185
6.9.2.2. Conceito .....	186
6.9.2.3. Natureza jurídica .....	186
6.9.2.4. Finalidade .....	187
6.9.2.5. Objeto .....	187
6.9.2.6. Legitimidade ativa .....	187
6.9.2.7. Procedimento .....	188
6.9.2.7.1. Inicial .....	188
6.9.2.7.2. Indeferimento liminar .....	189
6.9.2.7.3. Medida cautelar .....	189

6.9.2.7.4. Informações .....	189
6.9.2.7.5. Advogado-Geral da União (AGU) e Procurador-Geral da República (PGR) .....	190
6.9.2.7.6. Decisão final .....	190
6.9.2.7.7. Modulação dos efeitos .....	191
6.9.3. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADIO).....	192
6.9.3.1. Introdução .....	192
6.9.3.2. Conceito .....	192
6.9.3.3. Natureza jurídica.....	193
6.9.3.4. Finalidade.....	193
6.9.3.5. Objeto.....	193
6.9.3.6. Legitimidade ativa .....	194
6.9.3.7. Procedimento .....	194
6.9.3.7.1. Inicial .....	194
6.9.3.7.2. Indeferimento liminar .....	194
6.9.3.7.3. Medida cautelar .....	195
6.9.3.7.4. Informações .....	195
6.9.3.7.5. Advogado-Geral da União (AGU) e Procurador-Geral da República (PGR) .....	196
6.9.3.7.6. Decisão final .....	196
6.9.3.8. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão <i>x</i> mandado de injunção .....	197
6.9.4. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).....	198
6.9.4.1. Introdução .....	198
6.9.4.2. Conceito .....	199
6.9.4.3. Natureza jurídica.....	199
6.9.4.4. Preceito fundamental .....	199
6.9.4.5. Objetivo e objeto.....	200
6.9.4.6. Conversão de arguição de descumprimento de preceito fundamental em Ação Direta de Inconstitucionalidade .....	201
6.9.4.7. Tipologia e modalidades .....	202
6.9.4.8. Legitimidade ativa .....	205
6.9.4.9. Procedimento .....	206
6.9.4.9.1. Inicial e indeferimento liminar .....	206
6.9.4.9.2. Liminar .....	206
6.9.4.9.3. Procedimento principal.....	207
6.9.4.9.4. Decisão final .....	208
6.9.5. Quadro comparativo entre as ações de controle de constitucionalidade abstrato federal .....	209
6.9.6. Representação de Inconstitucionalidade (RI).....	210
6.9.6.1. Introdução .....	210
6.9.6.2. Conceito .....	210
6.9.6.3. Legitimidade ativa .....	211
6.9.6.4. Procedimento e peculiaridades .....	211
6.9.7. Representação de inconstitucionalidade e Ação Direta de	

Institucionalidade concomitantes.....	212
6.9.8. Recorribilidade.....	212
6.9.9. Outras ações de controle no âmbito estadual.....	213
6.10. Fluxogramas.....	215
6.11. Exercícios de fixação.....	219
<b>CAPÍTULO VII – DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....</b>	<b>223</b>
7.1. Conceito.....	223
7.1.1. Posicionamento.....	223
7.1.2. Distinção entre direitos e garantias fundamentais.....	223
7.2. Características.....	225
7.3. Eficácia e aplicabilidade.....	226
7.3.1. Eficácia vertical e eficácia horizontal dos direitos fundamentais... ..	226
7.3.2. Eficácia irradiante dos direitos e garantias fundamentais.....	227
7.3.3. Teoria dos quatro <i>status</i> de George Jellinek.....	227
7.4. Geração, gestação, gênese ou dimensão de direitos fundamentais.....	228
7.5. Rol não taxativo.....	230
7.6. Colidência e relatividade dos direitos e garantias individuais e coletivos.....	230
7.7. Abrangência dos direitos fundamentais.....	231
7.8. Direitos fundamentais básicos.....	231
7.8.1. Vida.....	231
7.8.1.1. Aborto.....	233
7.8.2. Liberdade.....	238
7.8.3. Igualdade.....	243
7.8.4. Segurança.....	244
7.8.4.1. Segurança das relações jurídicas.....	244
7.8.4.2. Segurança de domicílio.....	246
7.8.4.3. Segurança das comunicações pessoais.....	247
7.8.4.4. Segurança em matéria penal.....	250
7.8.5. Propriedade.....	252
7.9. Exercícios de fixação.....	254
<b>CAPÍTULO VIII – REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS.....</b>	<b>259</b>
8.1. Conceito.....	259
8.2. Tipos de remédios constitucionais.....	259
8.2.1. <i>Habeas corpus</i> (art. 5º, LXVIII).....	259
8.2.1.1. Histórico.....	259
8.2.1.2. Conceito.....	260
8.2.1.3. Fundamento.....	260
8.2.1.4. Cabimento.....	260
8.2.1.5. Espécies.....	261
8.2.1.6. Formalidades.....	261
8.2.1.7. Procedimento.....	261
8.2.1.8. Legitimidade.....	261
8.2.1.8.1. Legitimidade ativa.....	261

8.2.1.8.2. Legitimidade passiva .....	262
8.2.1.9. Competência .....	262
8.2.1.10. Exceção constitucional ao cabimento do <i>habeas corpus</i> .....	264
8.2.2. Mandado de segurança individual (art. 5º, LXIX) .....	265
8.2.2.1. Histórico .....	265
8.2.2.2. Conceito .....	266
8.2.2.3. Espécies .....	267
8.2.2.4. Requisitos .....	267
8.2.2.4.1. Direito líquido e certo .....	267
8.2.2.4.2. Ato atacável .....	269
8.2.2.4.3. Cabimento residual .....	270
8.2.2.5 Legitimidade .....	270
8.2.2.5.1. Legitimidade ativa .....	270
8.2.2.5.2. Legitimidade passiva .....	271
8.2.2.6. Desistência .....	272
8.2.2.7. Competência .....	272
8.2.2.8. Procedimento .....	275
8.2.2.9. Liminar .....	277
8.2.2.10. Decisão e recurso .....	279
8.2.2.11. Prazo .....	280
8.2.3. Mandado de segurança coletivo .....	281
8.2.3.1. Conceito .....	281
8.2.3.2. Objeto .....	281
8.2.3.3. Legitimidade .....	282
8.2.3.4. Liminar .....	283
8.2.3.5. <i>Right opt out</i> e <i>right opt in</i> .....	283
8.2.4. Mandado de injunção (art. 5º, LXXI) .....	284
8.2.4.1. Conceito .....	284
8.2.4.2. Origem .....	284
8.2.4.3. Objeto .....	284
8.2.4.4. Pressupostos de cabimento .....	284
8.2.4.5. Mandado de injunção coletivo .....	285
8.2.4.6. Partes .....	285
8.2.4.6.1. Legitimidade ativa .....	285
8.2.4.6.2. Legitimidade passiva .....	285
8.2.4.7. Competência .....	285
8.2.4.8. Procedimento .....	286
8.2.4.9. Decisão .....	286
8.2.5. <i>Habeas data</i> (art. 5º, LXXII) .....	289
8.2.5.1. Conceito .....	289
8.2.5.2. Origem .....	290
8.2.5.3. Natureza .....	290
8.2.5.4. Objeto .....	290
8.2.5.5. Cabimento – tentativa extrajudicial frustrada .....	290
8.2.5.6. Partes .....	291
8.2.5.6.1. Legitimidade ativa .....	291
8.2.5.6.2. Legitimidade passiva .....	291



8.2.5.7. Competência .....	292
8.2.5.8. Procedimento .....	292
8.2.5.9. Natureza da decisão .....	294
8.2.6. Ação popular (art. 5º, LXXIII) .....	294
8.2.6.1. Conceito .....	294
8.2.6.2. Origem .....	294
8.2.6.3. Natureza jurídica .....	295
8.2.6.4. Finalidade .....	295
8.2.6.5. Objeto .....	296
8.2.6.6. Partes .....	297
8.2.6.6.1. Legitimidade ativa .....	297
8.2.6.6.2. Legitimidade passiva .....	298
8.2.6.7. Atuação do Ministério Público na ação popular .....	299
8.2.6.8. Competência .....	300
8.2.6.9. Particularidades procedimentais .....	301
8.2.6.10. Natureza da decisão .....	302
8.2.6.11. Sentença .....	302
8.2.6.12. Coisa julgada .....	302
8.2.6.13. Custas e ônus da sucumbência .....	303
8.2.7. Ação civil pública .....	303
8.2.7.1. Introdução .....	303
8.2.7.2. Diferenciando mandado de segurança coletivo, ação popular e ação civil pública .....	305
8.2.7.3. Ação civil pública e políticas públicas .....	307
8.2.7.4. Legitimidade .....	308
8.2.7.5. Procedimento .....	312
8.2.7.5.1. Inquérito civil .....	312
8.2.7.5.2. Processo .....	314
8.2.7.6. Decisão .....	317
8.2.7.7. Coisa Julgada .....	319
8.2.7.7.1. Repercussão da coisa julgada na ação civil pública de tutela de interesse individual homogêneo .....	320
8.3. Tabela .....	324
8.4. Exercícios de fixação .....	326
<b>CAPÍTULO IX – NACIONALIDADE .....</b>	<b>329</b>
9.1. Conceito .....	329
9.2. Nacionalidade originária e secundária .....	330
9.3. Critérios de aquisição da nacionalidade .....	330
9.4. Polipátridas e apátridas .....	331
9.5. Brasileiro nato (art. 12, I) .....	332
9.6. Brasileiro naturalizado (art. 12, II) .....	334
9.6.1. Espécies de naturalização .....	334
9.6.1.1. Naturalização tácita ou grande naturalização .....	334
9.6.1.2. Naturalização expressa .....	334
9.6.1.2.1. Naturalização ordinária .....	334
9.6.1.2.2. Da expressão “na forma da lei”, contida no artigo 12, II, <i>a</i> ..	335

9.6.1.2.3. Naturalização extraordinária (quinzenária) .....	337
9.7. Situação constitucional dos portugueses ( <i>quase nacionalidade</i> ).....	338
9.8. Tratamento jurídico do brasileiro nato e do naturalizado .....	339
9.9. Perda da nacionalidade .....	342
9.10. Reaquisição da nacionalidade brasileira .....	345
9.11. Exercícios de fixação .....	345
<b>CAPÍTULO X – DIREITOS POLÍTICOS .....</b>	<b>349</b>
10.1. Conceito .....	349
10.1.1. Plebiscito .....	349
10.1.2. Referendo .....	350
10.1.3. Iniciativa popular.....	350
10.2. Sufrágio, voto e escrutínio .....	351
10.3. Espécies de direitos políticos .....	352
10.4. Aquisição da cidadania .....	353
10.4.1. Capacidade eleitoral ativa.....	353
10.4.2. Capacidade eleitoral passiva.....	354
10.5. Direitos políticos negativos.....	355
10.5.1. Inelegibilidades.....	355
10.5.1.1. Inelegibilidade absoluta .....	358
10.5.1.2. Inelegibilidade relativa .....	359
10.6. Cassação, suspensão e perda dos direitos políticos .....	362
10.6.1. Perda dos direitos políticos.....	362
10.6.2. Suspensão de direitos políticos.....	363
10.7. Partidos políticos.....	364
10.8. Fidelidade partidária e fidelidade da coligação eleitoral .....	365
10.9. Exercícios de fixação .....	366
<b>CAPÍTULO XI – DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO .....</b>	<b>371</b>
11.1. Formas de Estado .....	371
11.1.1. Estado unitário .....	371
11.1.2. Estados regionais .....	372
11.1.3. Estado autonômico .....	372
11.1.4. Estado composto.....	372
11.1.4.1. Confederação .....	372
11.1.4.2. Federação .....	373
11.2. Federalismo dualista ou cooperativo ou de integração .....	373
11.3. Federalismo simétrico e assimétrico .....	373
11.4. Federalismo de equilíbrio.....	374
11.5. Federalismo orgânico .....	374
11.6. Características da federação.....	374
11.7. Classificação do federalismo.....	375
11.7.1. Quanto à formação.....	375
11.7.1.1. Federalismo por movimento centrípeto (agregação) .....	375
11.7.1.2. Federalismo por movimento centrífugo (segregação ou desagregação).....	376
11.7.2. Quanto ao tipo .....	376

11.7.2.1. Federalismo clássico (em dois níveis) .....	376
11.7.2.2. Federalismo <i>sui generis</i> (em quatro níveis, multifacetado ou de 3º grau) .....	376
11.8. Vedações constitucionais aos entes autônomos.....	376
11.9. República Federativa do Brasil.....	377
11.10. União.....	378
11.10.1. Bens da União.....	378
11.10.2. Participação em recursos minerais ( <i>royalties</i> ).....	380
11.10.3. Faixa de fronteira.....	381
11.10.4. Regiões administrativas ou em desenvolvimento.....	382
11.11. Estados-Membros.....	382
11.11.1. Bens do Estado-Membro .....	385
11.11.2. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões .....	385
11.12. Distrito Federal .....	386
11.13. Município .....	388
11.13.1. Formação dos municípios.....	390
11.14. Território Federal .....	392
11.15. Quadro sistematizado de autonomia dos entes federados.....	393
11.16. Repartição de competência dos entes federados.....	396
11.16.1. Classificação de Competências.....	396
11.17. Intervenção.....	403
11.17.1. Intervenção Federal .....	404
11.17.1.1. Pressupostos materiais para intervenção federal.....	404
11.17.1.2. Pressupostos formais para intervenção .....	405
11.17.1.3. Espécies e procedimento.....	405
11.17.1.4. Procedimento da ação direta interventiva (representação interventiva).....	407
11.17.1.4.1. Petição inicial.....	408
11.17.1.4.2. Da medida liminar .....	408
11.17.1.4.3. Informações.....	409
11.17.1.4.4. Advogado-Geral da União e Procurador-Geral da República .....	409
11.17.1.4.5. Decisão.....	409
11.17.2. Intervenção estadual .....	410
11.18. Exercícios de fixação .....	411
<b>CAPÍTULO XII – ORGANIZAÇÃO DOS PODERES .....</b>	<b>415</b>
12.1. Introdução .....	415
12.2. Poder Legislativo .....	417
12.2.1. Estrutura e Organização do Poder Legislativo .....	417
12.2.1.1. Congresso Nacional .....	417
12.2.1.1.1. Atribuições do Congresso Nacional.....	418
12.2.1.2. Câmara dos Deputados .....	421
12.2.1.2.1. Atribuições da Câmara dos Deputados .....	421
12.2.1.3. Senado Federal.....	422
12.2.1.3.1. Atribuições do Senado Federal .....	423

12.3. Contagem do tempo no Poder Legislativo.....	425
12.4. Organização interna da casa do congresso.....	427
12.4.1. Mesas diretoras (art. 57, §§ 4º e 5º).....	427
12.4.2. Comissões Parlamentares (art. 58).....	428
12.4.2.1. Comissões temáticas ou ordinárias.....	429
12.4.2.2. Comissões representativas ou especiais (art. 58, § 4º).....	430
12.4.2.3. Comissão de ética (Conselho de Ética).....	431
12.4.2.4. Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI).....	432
12.4.2.4.1. Atribuições da CPI.....	434
12.5. Imunidade parlamentar.....	438
12.5.1. Imunidade material (absoluta, substantiva, real ou inviolabilidade).....	439
12.5.2. Imunidade formal ou processual.....	440
12.6. Perda do mandato.....	444
12.7. Processo legislativo.....	446
12.7.1. Espécies de processo (procedimento) legislativo.....	447
12.7.2. Processo legislativo ordinário.....	448
12.7.2.1. Iniciativa.....	448
12.7.2.1.1. Iniciativa concorrente, comum ou geral.....	448
12.7.2.1.2. Iniciativa privativa, reservada ou exclusiva.....	449
12.7.2.1.3. Iniciativa popular.....	452
12.7.2.1.4. Iniciativa conjunta.....	453
12.7.2.2. Votação e deliberação.....	454
12.7.2.2.1. Fase das comissões.....	454
12.7.2.2.2. Fase do plenário.....	455
12.7.2.2.3. Assinatura ou proclamação.....	460
12.7.2.2.4. Fase executiva.....	460
12.7.2.2.4.1. Sanção.....	461
12.7.2.2.4.2. Veto.....	461
12.7.2.2.4.2.1. Características do veto.....	463
12.7.2.2.5. Promulgação (garante a executoriedade).....	464
12.7.2.2.6. Publicação.....	464
12.7.3. Processo legislativo sumário.....	464
12.7.4. Processos legislativos especiais.....	465
12.7.4.1. Lei complementar.....	465
12.7.4.2. Emendas constitucionais.....	467
12.7.4.2.1. Iniciativa.....	468
12.7.4.2.2. Fase das comissões.....	468
12.7.4.2.3. Fase do plenário.....	468
12.7.4.2.4. Fase revisional.....	469
12.7.4.2.5. Fase complementar.....	470
12.7.5. Lei delegada.....	471
12.7.5.1. Vedações materiais (art. 68, § 1º).....	472
12.7.6. Medidas provisórias.....	473
12.7.6.1. Procedimento de conversão da medida provisória em lei.....	474
12.7.6.2. Vedações materiais (art. 62, § 1º).....	478
12.7.6.3. Conflitos entre medidas provisórias ou entre estas e leis.....	480

12.7.6.4. Medida provisória em matéria tributária .....	480
12.7.6.5. Medidas provisórias em âmbito estadual e municipal .....	482
12.7.7. Decretos Legislativos .....	482
12.7.8. Resolução .....	483
12.7.9. Projeto de código .....	483
12.7.10. Leis orçamentárias .....	484
12.8. Tribunal de contas .....	486
12.8.1. Introdução .....	486
12.8.2. Controle externo e interno das contas públicas .....	486
12.8.3. Atribuições do Tribunal de Contas .....	487
12.8.4. Comissão mista permanente e Tribunal de Contas .....	490
12.8.5. Composição .....	491
12.8.6. Ministério Público do Tribunal de Contas .....	492
12.8.7. Tribunais de contas estaduais, distrital e municipais .....	492
12.9. Poder Executivo .....	493
12.9.1. Forma de governo .....	494
12.9.1.1. Monarquia .....	494
12.9.1.2. República .....	494
12.9.2. Sistema de governo .....	494
12.9.2.1. Presidencialismo .....	494
12.9.2.2. Parlamentarismo .....	495
12.9.2.3. Diretorial ou convencional .....	495
12.9.3. Tipos de Poder Executivo .....	495
12.9.3.1. Executivo .....	495
12.9.4. Governo e Administração Pública .....	496
12.9.5. Poder Executivo brasileiro .....	496
12.9.6. Ministros de Estado .....	496
12.9.7. Condições de elegibilidade para o mandato presidencial .....	497
12.9.8. Eleições presidenciais .....	498
12.9.9. Atribuições do Presidente da República .....	500
12.9.10. Atribuições do Vice-Presidente da República .....	502
12.9.11. Subsídios .....	503
12.9.12. Sucessores do Presidente da República .....	503
12.9.13. Vacância do cargo de Presidente e Vice-Presidente da República .....	503
12.9.14. Perda do cargo .....	504
12.9.15. Prerrogativas processuais penais do Presidente da República ..	505
12.9.16. Processos contra o Presidente da República (crime comum e de responsabilidade) .....	506
12.9.16.1. Introdução .....	506
12.9.16.2. <i>Impeachment</i> .....	507
12.9.16.3. Procedimento .....	509
12.9.17. Processos contra o Governador de Estado e Prefeito .....	511
12.9.18. Conselhos .....	512
12.9.18.1. Conselho da República .....	513
12.9.18.2. Conselho de Defesa Nacional .....	513
12.9.18.3. Conselho de Comunicação Social .....	514

12.10. Poder Judiciário .....	514
12.10.1. Introdução.....	514
12.10.2. Mudança de filosofia na atuação jurisdicional: substancia- lismo .....	516
12.10.3. Estruturação topológica do poder judiciário.....	520
12.10.4. Organização da função jurisdicional .....	521
12.10.5. Estatuto da Magistratura.....	521
12.10.6. Garantias constitucionais do Poder Judiciário e de seus integrantes .....	527
12.10.6.1. Garantias da Magistratura (garantias orgânicas).....	527
12.10.6.1.1. Independência e autonomia .....	527
12.10.6.2. Garantias do magistrado .....	529
12.10.7. Precatórios .....	532
12.10.7.1. Regime especial para pagamento de precatórios .....	535
12.10.8. Juizados Especiais e Justiça de Paz.....	540
12.10.9. Supremo Tribunal Federal (STF).....	540
12.10.9.1. Composição .....	540
12.10.9.2. Competência .....	541
12.10.9.3. Repercussão geral .....	543
12.10.9.4. Súmula vinculante.....	544
12.10.9.4.1. Histórico .....	545
12.10.9.4.2. Diversas espécies de súmulas existentes no direito brasileiro .....	546
12.10.9.4.3. Natureza jurídica.....	548
12.10.9.4.4. Efeitos da súmula vinculante .....	548
12.10.9.4.5. Requisitos para edição de súmula vinculante .....	549
12.10.9.4.6. Procedimento para edição, revisão ou cancelamento de súmula vinculante.....	551
12.10.9.4.7. Métodos de confrontação e superação de súmula vinculante – Do <i>distinguish</i> , <i>overruling</i> e <i>overriding</i> ..	553
12.10.9.4.8. Do descumprimento da súmula vinculante.....	555
12.10.9.5. Reclamação constitucional .....	556
12.10.9.5.1. Conceito.....	556
12.10.9.5.2. Natureza jurídica.....	556
12.10.9.5.3. Cabimento.....	558
12.10.9.5.4. Legitimidade ativa .....	564
12.10.9.5.5. Prazo .....	564
12.10.9.5.6. Procedimento .....	564
12.10.9.5.7. Reclamação nos Estados-membros.....	567
12.11. Conselho Nacional de Justiça (CNJ).....	568
12.11.1. Estrutura.....	568
12.11.2. Competência .....	570
12.12. Superior Tribunal de Justiça (STJ).....	573
12.12.1. Estrutura .....	573
12.12.2. Competência .....	573
12.13. Justiça Federal.....	575
12.13.1. Estrutura .....	575

12.13.2. Competência .....	576
12.14. Justiça do Trabalho .....	578
12.14.1. Estrutura .....	578
12.14.2. Competência .....	579
12.15. Justiça Eleitoral .....	580
12.15.1. Estrutura .....	580
12.15.2. Competência .....	582
12.16. Justiça Militar .....	582
12.16.1. Estrutura .....	582
12.16.2. Competência .....	583
12.17. Justiça Estadual .....	583
12.18. Funções essenciais à justiça .....	585
12.18.1. Ministério Público .....	585
12.18.1.1. Introdução .....	585
12.18.1.2. Estrutura do Ministério Público .....	587
12.18.1.3. Garantias constitucionais do Ministério Público e de seus membros .....	592
12.18.1.3.1. Garantias orgânicas .....	592
12.18.1.3.1.1. Autonomia funcional e administrativa .....	592
12.18.1.3.1.2. Autonomia financeira .....	592
12.18.1.3.1.3. Princípios institucionais .....	593
12.18.1.3.2. Garantias dos membros do Ministério Público .....	593
12.18.1.4. Funções constitucionais do Ministério Público .....	596
12.18.2. Conselho Nacional do Ministério Público .....	599
12.18.2.1. Estrutura .....	599
12.18.2.2. Competência .....	600
12.18.3. Advocacia pública .....	601
12.18.4. Advocacia e da Defensoria Pública .....	603
12.19. Fluxogramas .....	605
12.20. Quadro esquematizado de foro por prerrogativa de função .....	609
12.21. Exercícios de fixação .....	612

## CAPÍTULO XIII – DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS .....

13.1. Sistema Constitucional das Crises .....	617
13.1.1. Estado de defesa .....	618
13.1.1.1. Pressupostos materiais .....	618
13.1.1.2. Procedimento .....	618
13.1.1.3. Decreto .....	619
13.1.2. Estado de sítio .....	620
13.1.2.1. Pressupostos materiais .....	620
13.1.2.2. Procedimento .....	621
13.1.2.3. Decreto .....	621
13.2. Forças Armadas .....	622
13.3. Segurança Pública .....	624
13.3.1. Órgãos da segurança pública .....	626
13.4. Tabela .....	628

13.5. Exercícios de fixação .....	629
<b>CAPÍTULO XIV – DIREITOS SOCIAIS .....</b>	<b>633</b>
14.1. Seguridade social .....	633
14.1.1. Saúde .....	636
14.1.2. Previdência social .....	638
14.1.2.1. Previdência complementar .....	642
14.1.3. Assistência social .....	643
14.2. Educação .....	644
14.2.1. Princípios constitucionais orientadores do ensino .....	644
14.2.2. Autonomia das universidades .....	645
14.2.3. Deveres do Estado em relação à educação .....	645
14.2.4. Participação da iniciativa privada .....	646
14.2.5. Conteúdo do ensino .....	646
14.2.6. Organização do sistema de ensino .....	647
14.2.7. Financiamento da educação .....	647
14.2.7.1. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) .....	648
14.2.8. Plano nacional de educação .....	649
14.3. Cultura .....	650
14.4. Desporto .....	652
14.5. Ciência e tecnologia .....	653
14.6. Comunicação social .....	654
14.6.1. Controle Público sobre a comunicação social .....	657
14.6.2. Lei de Imprensa x ADPF n. 130 .....	657
14.7. Meio ambiente .....	658
14.8. Família, criança, adolescente, jovem e idoso .....	660
14.8.1. Família .....	660
14.8.2. União homoafetiva .....	662
14.8.3. Criança, Adolescente, Jovem .....	665
14.8.4. Idoso .....	667
14.9. Índios .....	668
14.10. Exercícios de fixação .....	670
<b>Bibliografia .....</b>	<b>673</b>